



CAMPANHA
NACIONAL PELO DIREITO À
EDUCAÇÃO

Andressa Pellanda
Coordenadora Geral
Campanha Nacional
pelo Direito à Educação



PL 3.096/2024

O PL 3.096/2024

- Ampliação do alcance do PNATE para rede federal
- Ampliação do alcance do PNAE para rede federal
- Terceirização do PNAE



O PL 3.096/2024

- Ampliação do alcance do PNATE para rede federal
- Ampliação do alcance do PNAE para rede federal
- Terceirização do PNAE

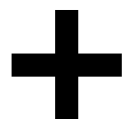


Situação do PNATE

- FNDE 2024 repassa R\$ 870 milhões (0,87% do FNDE) ao PNATE para 4,36 milhões de alunos (estaduais e municipais rurais) = R\$ 17/mês por aluno
- Estudantes da rede federal não recebem



Situação do PNATE



 Menu

 CAMPO GRANDE
NEWS 25
ANOS

CONTEÚDO
DE VERDADE

ACOMPANHE-NOS  

 (67) 99669-9563

 NOVEMBRO, TERÇA 19  CAMPO GR

Situação do PNATE



Situação do PNATE



EM S... / **educação** / Alunos da zona rural de Montividiu estão sem

Alunos da zona rural de Montividiu estão sem transporte escolar há três semanas

POR **THAIS CABRAL** | 19/11/2024

Pais cobram respostas enquanto estudantes perdem aulas na reta final do ano letivo.



Foto Ilustrativa/GOV



Situação do PNATE



Situação do PNATE

Início > Segurança

Motorista de transporte escolar é preso suspeito de ter relacionamento com adolescente em SC

Funcionário do transporte público de Jacinto Machado, de 39 anos, foi preso por estupro de vulnerável

LUANA MIGUEL, CRICIÚMA

16/11/2024 ÀS 12H46 - Atualizado Há 2 dias



Enviar no WhatsApp




Um motorista do transporte escolar público do município de Jacinto Machado, no Sul de Santa Catarina, foi **preso** preventivamente na manhã deste sábado (16) por estupro de vulnerável. Segundo a Polícia Civil, o homem de 39 anos mantinha um relacionamento com uma adolescente de 13 anos.

Polícia

O delegado responsável pelo caso, André Veloso, ressaltou que o homem ficou em silêncio durante o depoimento. "Ele foi autuado em flagrante. A prisão dele foi imediata", frisou Veloso.

Situação do PNATE

- FNDE 2024 repassa R\$ 870 milhões (0,87% do FNDE) ao PNATE para 4,36 milhões de alunos (estaduais e municipais rurais) = R\$ 17/mês por aluno
- Estudantes da rede federal não recebem



INCLUIR REDE FEDERAL SIM! MAS É PRECISO AUMENTAR O VALOR PER CAPITA DO PNATE!

(O que não está reforçado no PL e precisa ser)





Situação do PNAE


O recurso não é suficiente!

- Alimentação escolar perdeu quase metade do poder de compra em 14 anos. Sem reajustes, programa começará 2025 com poder de compra 42% menor, em comparação com 2010; são R\$ 4,2 bilhões a menos em valores atualizados;
- Com o reajuste das perdas acumuladas, o orçamento do Pnae subiria para R\$ 9,9 bilhões, quase o dobro dos R\$ 5,7 bilhões atuais.



Situação do PNAE

O recurso não é suficiente!



'Como que você nega comida': pais de alunos da rede municipal de SP dizem que seus filhos estão sendo proibidos de repetir merenda

Denúncias foram feitas por pais de estudantes de instituições de ensino do bairro Campo Limpo. A Prefeitura de SP alega que 'as refeições são disponibilizadas para os alunos na quantidade que eles desejarem e quantas vezes quiserem'.

Por TV Globo — São Paulo

09/11/2024 06h30 · Atualizado há uma semana



Situação do PNAE

O recurso não é suficiente!

Prefeitura reduz multa a Risotolândia por problemas graves em merenda escolar

Empresa foi punida por problemas na prestação de serviço nos meses fevereiro a maio de 2023

2 de novembro de 2024 / Por Rosiane Correia de Freitas / Deixe um comentário / Vizinhaça



Escola municipal. Foto: Tami Taketani/Plural

Pesquisar

Pesquisar

Últimas notícias

Curitiba aumenta número de crianças por tutor

Prefeitura prorroga por mais um ano contrato com Risotolândia

Câmara que estudaria inclusão LGBTI+ no mercado dura só 4 dias

"Uma Juventude Fascinante", dirigido por Diego Fortes, tem data de estreia em Curitiba





Situação do PNAE

O recurso não é suficiente!

“Parece até lavagem”: Belmonte denuncia precariedade na merenda servida nas escolas do GDF

Audiência pública debate alimentação imprópria ao consumo servida na rede pública de ensino

Publicado em 28/05/2024 14h44



Foto: Rinaldo Morelli/Agência CLDF





Situação do PNAE

Referência mundial!

[Órgãos do Governo](#)[Acesso à Informação](#)[Legislação](#)[Acessibilidade](#)[Entrar com o gov.br](#)

Ministério da Educação

O que você procura?



[Assuntos](#) > [Notícias](#) > [2024](#) > [Outubro](#) > Pnae é destaque em almoço de ministros de Educação do G20

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Pnae é destaque em almoço de ministros de Educação do G20

Representantes de nove países almoçaram na Escola Estadual de Educação Profissional Jaime Alencar Oliveira, em Fortaleza (CE), para conhecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)

Publicado em 31/10/2024 16h07

Compartilhe: [f](#) [in](#) [wh](#) [e](#)



Comitiva do G20 Educação é recebida pelos estudantes da Escola Estadual de Educação Profissional Jaime Alencar de Oliveira. Foto: Ângelo Miguel/MEC



Situação do PNAE

Referência mundial!

Caso do Chile:
terceirização não funciona,
só piora a situação!





OS PRINCÍPIOS DE ABIDJAN

Princípios orientadores sobre
as obrigações dos Estados em
matéria de Direitos Humanos de
fornecer educação pública e de
regular a participação do setor
privado na educação

OS PRINCÍPIOS DE ABIDJAN OS DEZ PRINCÍPIOS GERAIS

Os Princípios de Abidjan sobre as obrigações dos Estados em matéria de direitos humanos de fornecer educação pública e de regular a participação do setor privado na educação são compostos de 97 princípios orientadores. Além destes, dez princípios gerais fornecem uma visão abrangente e um resumo dos princípios orientadores. Os dez princípios gerais devem ser lidos juntamente com os princípios orientadores, e foram adotados como um todo no bojo dos Princípios de Abidjan.

Princípio Geral 1. Os Estados devem respeitar, proteger e garantir o direito à educação de todas as pessoas dentro de sua jurisdição, de acordo com os direitos à igualdade e à não discriminação.

Princípio Geral 2. Os Estados devem fornecer educação pública gratuita da mais alta qualidade possível a todas as pessoas dentro de sua jurisdição, da maneira mais efetiva e rápida possível, até o máximo de seus recursos disponíveis.

Princípio Geral 3. Os Estados devem respeitar a liberdade dos pais ou responsáveis legais de escolher uma instituição educacional diferente das instituições públicas para seus filhos, e a liberdade de pessoas físicas e jurídicas para estabelecer e dirigir instituições educacionais privadas, sempre reservada a exigência de que as referidas instituições estejam em conformidade com os padrões estabelecidos pelo Estado de acordo com as suas obrigações derivadas do direito internacional em matéria de direitos humanos.


Princípio Geral 4. Os Estados devem tomar todas as medidas efetivas, notadamente a adoção e a execução de medidas regulatórias eficazes para assegurar a realização do direito à educação nos casos em que atores privados estejam envolvidos na oferta educacional.

Princípio Geral 5. Os Estados devem priorizar o financiamento e a oferta de educação pública gratuita e de qualidade, e podem apenas financiar instituições de ensino privadas qualificadas, seja direta ou indiretamente, inclusive por meio de deduções fiscais, concessões de terras, assistência e cooperação internacional ou outras formas de apoio indireto, se estas cumprirem os padrões e as normas de direitos humanos aplicáveis e observarem estritamente todos os requisitos substantivos, procedimentais e operacionais.

Os grupos de interesse do agronegócio e sua atuação como “bad civil society” nas políticas educacionais: uma análise de redes e de impactos

Andressa Pellanda (Deep/Fe-USP)

Marcele Frossard (UERJ)



**Desigualdades e
Justiça Climática:**

Desafios da ciência política no Sul Global

Propostas legislativas sobre o PNAE e o PNLD relacionadas com a influência do agronegócio nas políticas educacionais

289 proposições entre 2013 e 2023, sendo 193 somente entre 2019 e 2023.

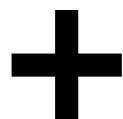
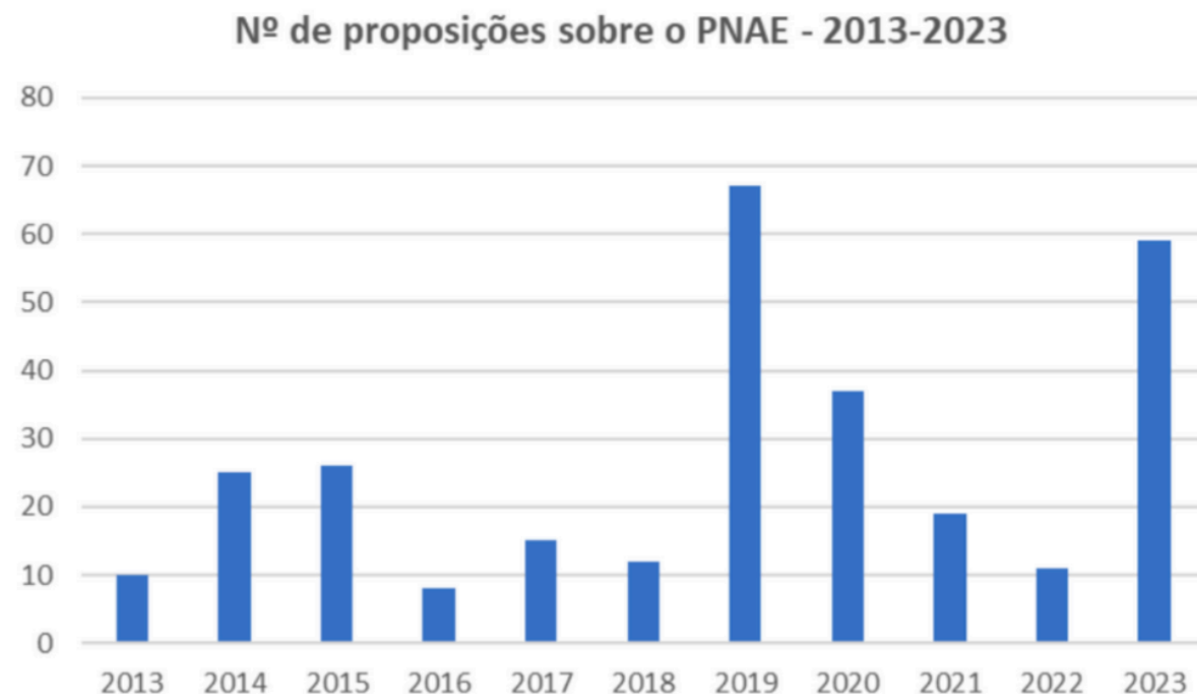



Gráfico 1. Número de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional que propõem modificações ao PNAE em prol do agronegócio, 2013-2023



Fonte: Observatório da Alimentação Escolar (OAE).



PNAE: PLs em destaque

Quadro 4. Projetos de lei para modificação do PNAE promovidos por apoiadores do agronegócio

Proposta	Casa	Ementa	Partido/Estado	Autoria
PL 4.195/2012 e seus apensados: PL 208/2015, PL 610/2015, PL 1185/2015, PL 11226/2018, PL 2620/2015, PL 4012/2015, PL 6179/2016, PL 11064/2018, PL 2849/2019, PL 3355/2019, PL 1248/2023, PL 3876/2023, PL 2568/2022, PL 827/2019, PL 3198/2021, PL 1790/2023, PL 8319/2017, PL 8600/2017, PL 4860/2019, PL 5087/2019, PL 1954/2020, PL 1466/2021	Câmara dos Deputados Federais	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para tornar a carne suína obrigatória nos cardápios das refeições fornecidas pelo programa de alimentação escolar nas escolas.	PP/RS	Afonso Hamm
PL 3.292/2020	Câmara dos Deputados Federais	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme específica; e dá outras providências.	PSL/GO	Major Vitor Hugo
PL 1751/2023	Câmara dos Deputados Federais	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar na educação básica, para dispor sobre critérios de equidade na distribuição dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).	MDB/AM	Eduardo Braga

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir das bases de dados do Congresso Nacional.

Análise e discussão de acordo com a literatura



“bad civil society” (Simone Chambers e Jeffrey Kopstein, 2001)

• De acordo com os autores, certas formas de associação **não promovem o fortalecimento da democracia nem a consolidação dos direitos democráticos**. Em vez disso, essas associações podem **reduzir a influência de grupos menores** ou com menor poder econômico ao **monopolizar redes de influência** ou ao defender pautas que levam à diminuição dos direitos de determinados grupos. Isso acontece por meio destes movimentos, dado que buscam diminuir a influência de ambientalistas; de ativistas pela justiça climática, pela soberania e segurança alimentar, pelo direito à educação, pela justiça agrária; e de povos e comunidades tradicionais e originárias, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas.

“agenda-setting” (Capella, 2016)

• As estratégias utilizadas para o agenda-setting ou seja, para mudanças na agenda de políticas, passam por **nomeadamente colocar a “policy brokers” as frentes parlamentares** - seja em nível subnacional seja federal - para **mediar suas demandas promovendo suas proposições legislativas** e o debate nas casas legislativas. Exemplo destas, encontradas citadas em notícias de ações dos movimentos são a **Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar em Defesa dos Técnicos Agrícolas (MS) e a Frente Parlamentar do Agro (DF)**. É possível também pensar em uma análise de mão dupla, em que esses movimentos atuam também como **“policy brokers” do agronegócio na mediação** com o debate com a sociedade e a opinião pública.

Conclusões

- Nos posicionamos em favor da inclusão da rede federal de estudantes das áreas rurais no PNATE, desde que feita a ressalva da necessidade de “realocação de recursos adequados para garantia da qualidade do serviço”.
- De acordo com a Lei 11.947/2009, Art. 5º, os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE já são repassados também às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal e observadas as disposições desta Lei.



Conclusões

- Nos posicionamos **VEEMENTEMENTE contrários à terceirização do PNAE**, por:
 - Colocar em risco a garantia de seus princípios, referenciados globalmente, dado que não haverá regulação e *enforcement* suficientes;
 - Contraria o princípio do uso máximo de recursos públicos antes do envolvimento do setor privado;
 - Modelos testados não deram evidências de melhoria, pelo contrário;
 - É uma agenda pautada pelo interesse privado do agronegócio e não pelo interesse público da educação e da segurança e soberania alimentar e nutricional.



Obrigada!

Andressa Pellanda

Coordenadora Geral

Campanha Nacional pelo Direito à Educação



CAMPANHA
NACIONAL PELO DIREITO À
EDUCAÇÃO